

Economia Brasil Visão da semana: à espera das mudanças

17 NOV 1985

O governo começa a encontrar algumas dificuldades para convencer a sociedade de suas boas intenções. De um lado, anuncia prioridades no atendimento à chamada área social. De outro, não lança mão dos recursos que lhe permitiriam controlar definitivamente a inflação, preferindo optar por apelos de inegável fundamento moralista, porém pouco efetivos na prática.

Durante a semana passada, as autoridades assestaram suas baterias contra a "especulação" supostamente desenfreada que tomou conta da economia nos últimos meses. Afirmou-se que o controle do CIP será estendido a novos segmentos da indústria, apesar das distorções que este sistema acarreta, de resto amplamente conhecidas. Assim, denota-se uma perda de poder de fogo contra a inflação que recrudescer novamente, enquanto a expansão monetária permanece alimentada pelo déficit público, ainda não enquadrado dentro dos ataques à especulação.

Ademais, o governo permite que as reposições reais de salários aqueçam a demanda e estimulem um círculo vicioso de alta de preços. Neste sentido, tudo leva a crer que a presente expansão da economia encontra-se dotada de um fôlego demasiadamente curto, posto que não afasta a ameaça de hiperinflação, ao contrário. Até agora, permanecem de pé todos os fatores que convergem nesta direção, e isso fatalmente dificultará a realização das metas apregoadas no PND, sobretudo aquelas de caráter social.

Não será apenas com mudanças na sistemática de reajuste dos salários que estes serão protegidos da inflação. A modificação decretada na aplicação do INPC corrige parcialmente uma distorção, apenas evitando maior deterioração das perdas causadas pela inflação. Mas se esta não é combatida drasticamente (como foi o caso na Argentina, por exemplo), os assalariados nada recuperarão.

Tampouco o próximo "pacote" de medidas fiscais a ser decretado traz novo ânimo. Ao que se anuncia, os maiores salários serão mais fortemente tributados, o mesmo ocor-

rendo com uma série de aplicações na área financeira. As bolsas de valores, que tão bem vinham desempenhando até agora, servindo de estímulo à capitalização das empresas e permitindo-lhes reduzir sua dependência dos bancos, serão prejudicadas igualmente. Haverá ainda antecipação da arrecadação do Imposto de Renda das empresas e do sistema financeiro. Só resta esperar que o governo dê o exemplo, reordenando suas próprias finanças e controlando as estatais, caso contrário apenas enfraquecerá o setor privado e porá fim ao sonho de uma recuperação solidamente alicerçada.

Aliás, a importância de todas estas medidas cresce, já que os entendimentos para a renegociação da dívida externa revelam-se delicados. Não há perspectiva de acordo com o FMI a curto prazo, embora seja preciso assegurar a renovação de alguns créditos de aplicação mais imediata, que vencem a partir de janeiro próximo. Sem apresentar resultados convincentes no plano doméstico, será ainda mais problemático obter a complacência dos credores.

O que preocupa é que o governo procura reforçar seus controles em determinados setores, talvez como contrapartida dos parcos sucessos obtidos até agora. É o caso da agricultura, quando se anuncia a possível fixação de preços máximos, ou de intervalos de flutuação para os diversos produtos domésticos e exportáveis. Em vez de optar por um fortalecimento dos mecanismos de mercado, o governo chamaria a si a administração dos preços de uma forma ainda mais forte do que já o faz atualmente, embora esta nem sempre se revele eficiente. Os episódios do café, do leite e da laranja voltaram a demonstrar isso na semana passada: houve boicotes de entrega de leite pelos produtores, insatisfeitos com o preço tabelado; houve intervenção baixista no mercado de café e, por fim, como desdobramento de uma confusa atuação na citricultura, diversas indústrias consolidaram uma cisão, descontentes com a política de preços e pagamento referendada pelas autoridades.